

EXPLORAÇÃO FLORESTAL E RESTRIÇÕES AO USO DA SOCIOBIODIVERSIDADE PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA FLEXINHA, GURUPÁ, PARÁ

Neiva dos Santos Gomes¹
Carla Giovana Souza Rocha²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as influências do projeto de exploração florestal nas mudanças ocorridas nos sistemas agroextrativistas e na sociobiodiversidade, na Comunidade Quilombola Flexinha, município de Gurupá, Pará. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, com entrevistas informais às lideranças comunitárias, em que quatro entrevistas semiestruturadas também foram direcionadas aos comunitários. Além disso, houve a observação de dados dos relatórios de pesquisa em campo com a Comunidade realizada pelos discentes do curso de graduação em Etnodesenvolvimento, da Universidade Federal do Pará (UFPA), *Campus* Universitário de Altamira. Feito isso, analisou-se que o território quilombola da comunidade teve experiências de exploração madeireira por meio da empresa Hadex, como contrato assinado com a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá (ARQMG), e mais recentemente, com a Carbonext, que visa a comercialização de créditos de carbono. A experiência no território nos remete a questionar a atuação governamental, a ação de atores econômicos protagonizados pelas empresas e, do envolvimento das organizações sociais formais, diante das relações de dominação, que impõem estratégias de atores externos às comunidades, sem a consulta qualificada às comunidades, sem a repartição justa dos benefícios, ocasionando mudanças que deterioram as relações ecológicas e sociais locais. A exploração da madeira sem o devido manejo florestal ocasionou a extração indiscriminada de espécies de potencial madeireiro, diminuição da produção agrícola e aumento dos conflitos entre os comunitários e comunidades.

Palavras-chave: Rio Amazonas. Comunidade Tradicional. Bioeconomia.

FOREST EXPLOITATION AND RESTRICTIONS ON THE USE OF SOCIO-BIODIVERSITY BY THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF FLEXINHA, GURUPÁ, PARÁ

ABSTRACT

The aim of this article is to analyse the influences of the logging project on changes in agro-extractivist systems and socio-biodiversity in the Flexinha Quilombola Community, in the municipality of Gurupá, Pará. The methodology adopted was qualitative, with informal interviews with leaders and four semi-structured interviews with community members, as well as observation and data from the research reports of the Community Times of the Ethnodevelopment degree course. The community's quilombola territory has experienced logging through the company Hadex, as part of a contract signed with the Association of Quilombo Remnants of Gurupá (ARQMG), and more recently with Carbonext, which aims to commercialise carbon credits. The experience in the territory leads us to question government action, the action of economic actors led by companies and the involvement of formal social organisations, in the face of relations of domination, which impose strategies on communities by external actors, without qualified community consultation, without a fair distribution of benefits, causing changes that deteriorate local ecological and social relations. The exploitation of timber without proper forest management has led to the indiscriminate extraction of species with

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos em Etnodiversidade, graduada em Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade, UFPA, Campus de Altamira. E-mail: neivagomes93@gmail.com

² Docente da UFPA, Campus de Altamira, Faculdade de Etnodiversidade, docente do Programa de Pós-graduação em Estudos em Etnodiversidade (PPGETNO); doutorado em Desenvolvimento Rural pelo PGDR/UFGRS. E-mail: crocha@ufpa.br

timber potential, a decrease in agricultural production and an increase in conflicts between community members and between communities.

Keywords: Amazon River. Traditional Community. Bioeconomy.

Data de submissão: 15.12.2024

Data de aprovação: 11.12.2025

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido no âmbito do Curso de Etnodesenvolvimento³ da Universidade Federal do Pará (UFPA), *Campus* Universitário de Altamira, Faculdade de Etnodiversidade, na comunidade Santa Luzia, localizada no Quilombo de Flexinha, município de Gurupá, estado do Pará.

A graduação em Etnodesenvolvimento constitui-se uma política afirmativa na modalidade de curso diferenciado, fundamentado na pedagogia da alternância, destinado à inclusão de discentes originários de povos e comunidades tradicionais. Oliveira, Parente e Domingues (2017) enfatizam que se trata de uma modalidade de ensino que busca aproveitar as vivências e o cotidiano dos educandos para construir novos conhecimentos, visando garantir a autonomia dos sujeitos e grupos envolvidos no processo de formação educacional. Para a construção do conhecimento o curso articula pedagogicamente os Tempos em Comunidade (TC's) e os Tempos em Universidade (TU's). Analisando a partir da perspectiva de Freire (1981), é nesse contexto de atuação e reflexão que os indivíduos são capazes de perceber o “condicionamento de sua percepção” como atores de transformação.

Os modos de vida e a sustentabilidade dos sistemas agroextrativistas das populações tradicionais estão intimamente ligados ao uso dos recursos florestais (exploração madeireira, extração do açaí em fruto e palmito, pupunha e óleos vegetais), caça e pesca, além da agricultura, na qual se destaca o cultivo da mandioca, ou seja, usufruem da sociobiodiversidade construída ao longo de suas experiências em seus territórios (IEB, 2011, p. 14-15). À vista disso, para ressaltar essas relações entre natureza e cultura, e para melhor entendermos as relações entre biodiversidade, comunidades tradicionais e os sistemas agroextrativistas adotados, usaremos o termo sociobiodiversidade.

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB), redigida em 1992 e ratificada em 1993, destaca a necessidade da conservação da biodiversidade, a partir da manutenção dos processos biológicos essenciais, da preservação da diversidade genética (inter e intra espécies) e a utilização sustentável de espécies e ecossistemas (DIEGUES, 2005). No caso do Brasil, considerado um país vasto por conter 22% da biodiversidade vegetal do planeta (BRASIL, 2009), além de outras espécies animais, também existe uma ampla diversidade sociocultural, representada por mais de 200 povos indígenas e populações tradicionais, as quais possuem amplo conhecimento sobre o mundo natural, possibilitando o manejo de espécies da flora e da fauna e a conservação das áreas onde vivem (DINIZ; CERDAN, 2017, p. 6).

Diegues (2005, p. 307) apresenta o conceito de etno-bio-diversidade como sendo “a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira selvagem e intocada”. Assim, ao considerar que a biodiversidade está relacionada tanto ao domínio natural quanto cultural pelas populações humanas, se estabelece uma nova etnociência da conservação, em que os inventários de

³ O Curso de Etnodesenvolvimento é política afirmativa voltada à inclusão sócio acadêmica de representantes de povos e comunidades tradicionais, visando formação em nível de graduação que os habilitem para exercerem múltiplas funções de gerenciamento e intervenção qualificada junto às instâncias político-territoriais dos grupos de pertença (OLIVEIRA, BELTRÃO, RIBEIRO, 2013).

etnobioidiversidade devem ser participativos, com anuência e cooperação das populações tradicionais manejadoras da biodiversidade (DINIZ; CERDAN, 2017, p. 6).

Considerando esta ideia de etnobioidiversidade, entre 2006 e 2008, uma comissão interinstitucional de profissionais ligados a diferentes organismos e instituições, sob a coordenação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), do MMA, se reuniu para desenvolver políticas de promoção dos produtos e serviços de populações tradicionais, com foco no potencial econômico desses produtos como uma estratégia de desenvolvimento para diversas comunidades rurais brasileiras.

Nesse contexto aparece a discussão sobre a sociobioidiversidade, e conforme essa ideia, as políticas seriam criadas para as populações que vivem da biodiversidade, de acordo com suas formas tradicionais de viverem, que preservam, e ao mesmo tempo tiram seus sustentos da diversificação agroextrativista.

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobioidiversidade (PNPCPS) também expõe que a sociobioidiversidade é um “conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais” (BRASIL, 2009, p. 6). Dessa forma, as medidas para a conservação ambiental incorporaram, também, práticas e saberes de indivíduos que mantêm uma interdependência, tanto econômica, quanto cultural, dos elementos da natureza que os rodeiam (LIMA; CARDOSO JUNIOR; LUNAS, 2017, p.45).

Diegues *et al.* (2000) afirmam, que a sociobioidiversidade não pertence apenas ao mundo natural, mas também ao cultural e social. Portanto, as espécies são objeto de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria para as sociedades modernas (CONAB, 2020, p. 7).

Nesse contexto de riqueza da sociobioidiversidade, temos o território Quilombola de Gurupá, composto por 12 comunidades distribuídas em 83.437, 1287 hectares. Área outorgada em 20/07/2000 pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). A oficialização do território é uma conquista dos movimentos sociais, destacando o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gurupá, e a Igreja Católica. As comunidades são representadas pela Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá (ARQMG), por meio dela foi negociado o projeto de manejo florestal e atualmente, o de crédito de carbono.

Por ser um território titulado e de expressiva biodiversidade na fauna e flora, essas áreas são vistas e desejadas por grandes empreendimentos, tais como, madeireiras, e agora mais recente pelas empresas que trabalham com a comercialização de sequestro de carbono que desejam usufruir dessas riquezas protegidas.

No ano de 2010, a empresa madeireira Hadex Comércio e Indústria de Madeira Eireli, localizada em Benevides (Pará), se instalou no território quilombola de Gurupá com objetivo de realizar o “manejo florestal”, algo novo, com oferta de recursos financeiros imediatos. Nesse contexto, com o apoio da maioria e da direção da ARQMG, a empresa iniciou a extração da madeira no território quilombola de Gurupá, apesar da contestação de parte dos comunitários. Foi assinado o contrato com a associação que representa as comunidades por dez anos, período suficiente para extrair a madeira de todas as doze comunidades.

Esses empreendimentos florestais implantados no território quilombola impactaram negativamente o uso da sociobioidiversidade pelos comunitários. Assim, ao que foi exposto, o objetivo dessa pesquisa é analisar as influências do projeto de exploração florestal nas mudanças nos sistemas agroextrativistas e na sociobioidiversidade na Comunidade Quilombola Flexinha, município de Gurupá, Pará.

A metodologia adotada é a abordagem qualitativa, com entrevistas informais às lideranças e quatro entrevistas semiestruturadas aos comunitários. Também foi utilizado a observação participante pela primeira autora, moradora da comunidade, proporcionando os subsídios necessários à análise da situação. As pessoas entrevistadas serão denominadas de

colaborador ou colaboradora da pesquisa e pelas iniciais do nome. O histórico da comunidade foi elaborado ao longo das pesquisas dos Tempos Comunidade do curso de graduação em Etnodesenvolvimento (GOMES, 2019; GOMES, 2020).

1 HISTÓRICO DA COMUNIDADE SANTA LUZIA DO FLEXINHA

A comunidade Santa Luzia do Flexinha fica situada no território quilombola a cerca de 23 km, e a duas horas de barco da sede, na margem direita do Rio Amazonas, próximo à foz do Rio Xingu. E conforme dados de 2022, é composta por 40 famílias, totalizando 179 pessoas.

A colaboradora M.L. contou sobre o momento de chegada de seus pais no Flexinha no início da década de 1960, especificando que os meios produtivos eram baseados na exploração das áreas de várzeas para a extração de madeiras conhecidas popularmente como virola, andiroba, moratinga, assacu, samaúma, também se faziam a extração do látex das seringueiras e os roçados para o cultivo de milho, arroz, feijão e jerimum. Nessa época, pouco se utilizava a terra firme, as famílias apenas faziam pequenas roças e extraíam algumas espécies de madeira como a sucubá, esponja, pará-pará, marupá e itaúba e outros produtos da floresta como as caças, cipó e breu. Geralmente a produção era para o consumo da família e para trocar com produtos que aqui não produziam. A mão de obra era familiar e as roças eram feitas de forma manual com uso de terçado e machado, e para o beneficiamento da madeira eram utilizados os chamados serrotões.

As formas de relação social e de produção era mediada pelos patrões⁴ através de um sistema popularmente conhecido como aviamento. Esse sistema consistia na troca de bens de consumo e instrumentos de trabalho fornecidos pelo comerciante e proprietário da terra pelos produtos do agroextrativismo, na qual os trabalhadores ficavam em situação de endividamento e dependência aos “patrões”. Esse sistema foi apontado por Wagley (1988), na década de 1950 e por Weinstein (1985), como um elemento estruturante e dinamizador das relações sociais da Amazônia, permaneceu por dezenas de anos no município de Gurupá até as organizações comunitárias serem formadas e contestarem essa relação.

As pessoas não tinham um paradeiro fixo, pois a terra já tinha um “dono”, suas moradas eram estabelecidas conforme a época dos plantios temporários como o milho, feijão, arroz, da extração da madeira e do látex extraído das seringueiras. A partir de meados da década de 1960, as famílias começaram a se fixar, construindo suas casas definitivas ao longo do rio, e o trabalho ficou mais individualizado por família.

As famílias ainda permaneceram com a regra implantada pelos patrões de somente produzirem o que era de importância para o consumo direto dos mesmos. Nesse viés, a maior quantidade de produção era de lavouras temporárias (anuais) principalmente para o consumo, pois, o patrão não comprava tudo e nem deixava vender para outro. Assim, achavam que não adiantava plantar lavouras permanentes, pois, se caso a pessoa fosse expulsa da terra, ficaria tudo para o patrão.

Segundo os colaboradores, havia muita fartura porque existiam várias espécies de animais silvestres que constituíam os principais alimentos das famílias, como: paca, tatu, cutia, porco, veado, jabuti, anta. A caça era encontrada com facilidade e muitas vezes estragava, pois não tinham como conservá-la. Também existia em abundância os peixes nos rios, como: chimé, dourada, filhote, mandubé, sarda, mapará, pacu, tambaqui, pirambu, pirapitinga, jaú, pirarara, surubim. Nos igarapés havia os aracus, traíras, caras-açus, jijus. Suas

⁴ Patrões foi a denominação dada aos “homens de posse” que chegaram ao município de Gurupá para explorar e comercializar o látex no período da economia da borracha na Amazônia. Estes eram migrantes que passaram a residir no município. E com isso iniciaram-se as relações econômicas antes não existentes com a instalação das casas comerciais das casas de aviamentos e a relação entre patrões e fregueses (GUIMARÃES, 2017).

principais criações eram as galinhas, patos e porcos. A produção que não era entregue ao patrão, era para o consumo da família, trocada ou doada por algum outro produto que as famílias não possuíam, nesse tempo as carnes eram conservadas com o sal.

A comunidade Santa Luzia do Flexinha foi fundada enquanto comunidade religiosa no ano de 1974, com a primeira visita de padre Giulio Lupp⁵. Foi através desse religioso que a partir de 1972 iniciou a instalação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), importante organização da igreja católica que se caracteriza pelas celebrações aos domingos realizadas por leigos e leigas, além de reuniões que motivaram a reflexão bíblica e mobilizaram ações na sociedade.

A partir dos anos 1980, os sistemas produtivos começaram a mudar e com o início das CEBs e a fundação da comunidade Santa Luzia, as pessoas passaram a se atentar para as palavras de Padre Giulio Lupp, o qual depois das celebrações fazia reflexões da situação vivenciada pelo povo da comunidade, questionando-os sobre a relação patrão-freguês, a posse da terra, o desemprego, o preço das mercadorias e a falta de organização vivenciada pelas famílias (GUIMARÃES, 2017, p. 68).

As dificuldades econômicas naquele período era que nós não tinha uma visão de como se organizar depois que fomos orientados, aí começamos a nos organizar. A maior dificuldade era que nós vivíamos cada cá por si, um pra cá outro pra lá. Depois que começamos a nos organizar, nos unir para trabalharmos junto, as coisas melhoraram, as dificuldades diminuíram. Prova disso é que juntos nós montemo duas revendas, eu tomei conta de uma revenda, a cantina por 4 anos (Colaborador, V.F, 2020).

Com essas orientações as pessoas começaram a se organizar e trabalhar juntas, iniciando as atividades em mutirões, que consistiam em ajuda mútua entre as famílias, uma espécie de rodízio de trabalho entre elas, principalmente na preparação da área (roçagem, derruba e coivara), plantio e capina das roças e roçados.

A comunidades foram todas se organizando para que a gente passasse a estudar o estatuto da terra, as leis, legislação da época que dava garantia do direito da posse, e aí o município de Gurupá inteiro se manifestou a lutar pelo direito de posse das famílias que eram nascida e criada, criavam seus filhos e viviam lá escravizados pelos patrões, e aí todo mundo se manifestou (Colaborador R.B., 2022).

As famílias passaram a entender o direito de posse que tinham sobre a terra em que moravam e sobre suas produções, que poderiam vender seus produtos a quem quisessem e assim aumentar a renda sobre as mesmas. Passaram, então, a aumentar o tamanho de suas roças e roçado, a produzir mais e plantar não somente temporariamente, como também as permanentes, tanto nas áreas de várzea como na terra firme. Na época a terra firme era pouco utilizada, os comunitários passaram a incorporá-la, aumentando suas produções.

Então para nós essa produção era só para o consumo mesmo e até a gente criava isso na cabeça da gente que não adiantava produzir em alta escala que não tinha mercado; que depois com os estudos a gente ver que isso não era verdade. Hoje na minha concepção quanto mais a gente produzir mais as portas do mercado se abre (Colaborador R.B., 2022).

Na área de várzea, após prepararem os roçados e extraírem a madeira, as famílias passaram a plantar o açaí, de forma convencional, semeando a terra. Segundo os

⁵Padre Giulio Lupp é de origem italiana; um homem religioso que chegou em Gurupá em 1971, para assumir a paróquia de Santo Antônio de Gurupá, descrito por Torres (2011) “como um homem revolucionário em solo Gurupaense”.

colaboradores existiam poucas touceiras nesta localidade, em parte porque o mesmo não se desenvolvia em áreas de mata fechada, por outro lado, as pessoas não plantavam.

Naquele tempo não tinha açaí aqui porque era mata bruta e com a mata bruta o açaí tem muita dificuldade de crescer, era algumas touceiras que tinham, nos bebiam açaí umas duas vezes no ano; depois que foram tirando a madeira que nós fomos plantando e também os bichos comiam os caroços e saiam espalhando pela mata, aí foi dando açaí. Não tinha mercado, o que dava dinheiro era o peixe e madeira, a seringa era paga só no final do ano que o patrão vinha ajustar a conta nas despesas; era difícil sobrar alguma coisa. A gente só ia na cidade a remo, não tinha motor, a gente ia na cidade de 15 em 15 dias mais ou menos, não tinha fogão butano, não tinha geladeira, não tinha gás (colaborador R.B., 2022).

O Açaí pra cá não tinha nessa época, era conferida as touceiras que tinha, no lugar que vim morar quando me casei não tinha açaí, aí nós construímos o açail, por que nesse tempo começou a tiragem da madeira, derruba da sumaúma, né, ficava aqueles roçados. Eu com minha cunhada, nós enchiam a patrona aqui do lado de caroço, ia nós, ia riscar seringa na várzea, aí nós ia jogando os caroços. O nosso açail aqui perto é planta minha com meu marido e meus filhos. (Colaborador M.B, 2022).

Posto isso, as principais mudanças ocorridas nesse período aconteceram a partir da consciência crítica do povo, provocado pelas CEBs, que segundo Guimarães (2017, p. 70) “reforçavam essas questões de não cruzar os braços frente aos problemas sociais” e “defendiam que era preciso lutar pela libertação; que um irmão não poderia viver à custa do outro; que Deus não almeja ver seus filhos escravizados e que é possível viver de forma digna, onde todos tenham o mesmo direito”.

Como afirma uma colaboradora sobre essas mudanças, as famílias passaram a confrontar os padrões e a questionar a si mesmos sobre os direitos de posse da terra e de vender suas produções a quem quisessem, passaram a plantar e cultivar as plantas permanentes. Após a preparação dos roçados na várzea e as roças na terra firme, inseriram também as plantas permanentes, como: bananeira, açazeiro, limoeiro, mangueira, pupunheira, abacateiro, cacauzeiro, cupuaçuzeiro, entre outros. Antes as únicas frutas das quais se alimentavam eram as nativas como o uxi, piquiá, mari, ingá, bacaba e outras.

Olha o que mudou, com referência ao roçado, continuou aqui na várzea, sempre nós tivemos os nossos roçados, nós plantava todo ano, o que mudou que ao invés de nós plantar só o milho, o feijão, aí terminava nos largava, aí nós passamos a plantar mais banana, açaí, limoeiro, mangueira. Já fomos plantado as coisas que a gente come, pupunheira assim como nós tem na terra firme nós tem na várzea, abacateiro, cupuzeiro, tudo que nós passemos a plantar né, para facilitar o negócio que a gente só comia de pescaria, pegava com caniço no igarapé, aí veio a malhadeira né, já foi intermediando com outras coisas, aí veio mais ou menos a 25, 26 anos atrás, começamos com o motor serra né, aí veio o projeto do FNO, foi o primeiro projeto que alavancou aqui a produção. Não me lembro o ano, 1997 ou 1998 por aí assim (colaboradora M.B, 2022).

A partir da década de 2000, vieram as significativas mudanças, já com o processo das reformas agrárias. O território quilombola de Gurupá veio a ser titulado dando segurança às famílias. As lutas que se iniciaram com a formação das Comunidades Eclesiais de Base, ganhando materialidade também na política, com os trabalhadores retomando a direção do STTR de Gurupá, administrado pelo município e não pelos trabalhadores. Houve a fundação do Partido dos Trabalhadores, posteriormente fundaram a Casa Familiar Rural, de grande importância na educação dos filhos dos trabalhadores, pois aprendiam e repassavam a seus pais e vizinhos como administrar e manejar seus lotes, aumentando a produtividade e acabando com certas práticas predatórias como o uso do timbó nos igarapés.

Esse período proporcionou avanços em termos econômicos e organizacionais, as famílias trabalhavam conforme suas tradições e ampliaram seu potencial produtivo através dos aprendizados e conhecimentos adquiridos nas formações dos encontros de lavradores promovidos pelas CEBs e com os aprendizados dos jovens na CFR.

2 PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL E O DE SEQUESTRO DE CARBONO

A maior parte do território da comunidade fica em área de terra firme, uma pequena parte na área de várzea, conhecida por ter sua área temporariamente inundada pela água do rio no inverno amazônico. Sua agrobiodiversidade⁶ inclui muitas espécies nativas da fauna e da flora, assim como, os diversos sistemas agrícolas e manejos dos recursos naturais pelas populações tradicionais.

A associação como representante das comunidades é responsável por intermediar qualquer processo entre os órgãos governamentais e não governamentais e as comunidades. Para a entrada de qualquer empresa, a associação deve consultar os comunitários, no entanto, nem sempre esse procedimento ocorre de forma correta.

No ano de 2010 houve extrações de madeira na área da ARQMG, algo novo para os moradores que almejavam um retorno financeiro imediato, no entanto, muitas lideranças foram contra o projeto madeireiro por entenderem que levariam um bem natural e deixaria um legado de destruição da natureza, em que as empresas responsáveis não seguiam as normas de entrada nas comunidades. Essa resistência levava em conta muitas incertezas, dentre elas pensar como a natureza reagiria com a retirada da madeira, assim como, as consequências para as famílias que dela retiravam seu sustento.

Ao responder sobre quem permitiu as empresas entrarem na área da comunidade nos anos de 1980 e atualmente, a colaboradora M. B. (2022) relata que os moradores não tinham autonomia em seus territórios, que na época foram os patrões quem “acolheu” eles e que agora foram os governantes, “mas foi aquilo que eu te disse, o governo aceitou, deixou entrar né, aí entrou, mas nós não fomos ouvidos e respeitados, [...] nossas decisões não foram respeitadas por isso que entrou a madeireira”.

Após ser amparada pelo governo municipal para entrar na área do município, a empresa Hadex apresentou o plano de manejo nas comunidades quilombolas junto com a ARQMG, depois de muitas reuniões e visitas nas comunidades, foi assinado o contrato com a associação por 10 anos. Aquelas comunidades que no início se recusaram a aderir, não viram outra alternativa a não ser fazer parte do projeto, pois foram pressionadas devido a empresa madeireira não respeitar as divisas das comunidades.

A madeireira geralmente invadia e tirava madeira em áreas onde o contrato ainda não estava assinado e isso de alguma forma obrigava as famílias das comunidades a aderirem ao chamado “manejo florestal”. Tais práticas não constavam no plano de manejo, no entanto, as comunidades e as famílias não tinham condições de todo dia averiguar seus lotes, e quando as famílias tomavam conhecimento geralmente iam até a empresa cobrar o que já tinha sido extraído e vender o restante que ainda tinha. Esses fatos nos levam a reflexão sobre a autonomia dos comunitários nos territórios, pois muitas vezes não são ouvidos e não há o repasse de informações completas e suficientes para gerar um posicionamento livre e esclarecido sobre as propostas de projetos de agentes econômicos externos.

Na comunidade Santa Luzia do Flexinha, algumas famílias extraíram toda a madeira mesmo sem a autorização de outros familiares, devido não haver consenso em extrair em toda a extensão da área ao mesmo tempo. Esse fato se dava após uma das famílias assinarem o

⁶ A agrobiodiversidade pode ser entendida como o processo de relações e interações do manejo da diversidade entre e dentro de espécies, os conhecimentos tradicionais e o manejo de múltiplos agroecossistemas, sendo um recorte da biodiversidade (TOLEDO, SANTILLI, MAGALHÃES, 2008, p. 31).

contrato com a empresa madeireira que logo depois entrava na área e retirava a madeira indiscriminadamente, conforme o relato de V.P.:

Vindo de fora pra cá que tá destruindo muita coisa é essa firma (madeireira) e está acabando com nós, por traz. Ela entrou no em 2010 na comunidade, mas não foi por nós, aí, por um, paga todos, e estamos entrando também porque não tem como sair. Aí se nós não vender, vão levar tudo do mesmo jeito, porque eles invadem nossos terrenos sem nós autorizar; e foi uma coisa que veio de fora pra dentro para nos desmobilizar (Colaborador V.P., 2020).

A abertura de estradas foi algo desejado pelos comunitários, pois facilitaria as suas vidas. As famílias passaram a utilizar motos e triciclos no escoamento da produção, para caçar e extrair produtos da floresta. Antes disso, os produtos eram carregados nas costas. Nesse contexto, a produção e a vida das famílias foram facilitadas. No entanto, ocorreu também o acirramento de conflitos. Com a abertura das estradas para a extração da madeira, as comunidades se interligaram à cidade de Gurupá o que facilitou a entrada de pessoas externas na área, para caçar, pescar, extrair produtos da floresta, frutas, cipó, breu e montar serrarias clandestinas sem a autorização das famílias e nem das comunidades. Um colaborador comentou que esse problema iniciou com a atuação da própria empresa ao não cumprir o que estava no contrato, explorando também caças, entre outros produtos da biodiversidade, além de cortarem espécies de árvores frutíferas, alimento e refúgio para várias espécies de caças. Como relata um colaborador:

Aí a gente que tinha mais conhecimento acabava pisando para traz, porque na verdade a gente queria que fosse explorada de forma correta, aí pra gente que tem um pouco de conhecimento a gente acha que da forma que foi feita não foi tão correta. Dentro do projeto madeireiro dizia que eles não podiam matar, caçar e nós via os cara chegar com o carro cheio de jabuti, e a gente não denunciava, então a gente tem culpa por isso, porque tava errado, dentro do acordo lá do contrato eles não podiam matar caça, eles não podiam pegar jabuti, eles não podiam pescar. Tudo a sustentabilidade dos funcionários da equipe de trabalho que tava lá na exploração da madeira tinha que ser sustentado pela empresa e a gente via que em quase 50% eles se sustentavam da floresta, isso foi a retirada das caças que os remanescentes vinham sobrevivendo, aí isso diminuiu o lote (Colaborador R.B, 2022).

Esses conflitos se acirraram ainda mais após a saída da empresa, como já mencionado, pois passou a ocorrer invasões nos lotes das famílias por pessoas, principalmente da cidade, facilitadas pela estrada dentro do território quilombola que interligou Gurupá ao município de Porto de Moz, que por sua vez, está interligado ao município de Souzel (Senador José Porfírio) através da PA 167.

A partir do momento que a comunidade assinou o contrato para a exploração da madeira, as famílias passaram a receber uma espécie de recurso financeiro, o que sou aumentou os problemas segundo o colaborador R.B., em que o chama de “problema administrativo” porque a comunidade não utilizava o dinheiro para investir nos sistemas agroextrativistas, priorizando a compra de bens e imóveis na cidade, além de gastos com viagens, só uma pequena parcela era na produtividade dos seus terrenos.

A questão do problema que vejo como um problema administrativo das famílias que fizeram contrato com a madeireira para a compra da madeira que eles chamavam de projeto, aí veio a questão muito de gestão familiar mesmo, aí teve muitas pessoas que teve um projeto que na época entre 2013 a 2020 que fizeram projeto de 160, 170, 180 mil que eles pegaram como não tinha gestão familiar pegou e entrou pelo “ralo” né. Aí as pessoas se fiaram muito no dinheiro que entrava naquele momento e não fizeram investimento para ter retorno econômico, outras famílias não, pegaram um pouquinho mais, dentro desse pouquinho que eles pegaram já tinham um pouco

mais de gestão familiar, aí foram fazendo os empreendimentos. Aí, uma coisa, eu tenho um patrimônio que era intocável, na hora que eu toco nele eu tenho que colocar ele pra gerar renda pra minha família, e aí foi poucos que fizeram isso com a retirada da madeira (Colaborador R.B., 2022).

Após o fim do contrato, muitas famílias sofreram consequências financeiras e produtivas, pois o dinheiro acabou e como não houve investimento na produção, muitas famílias tiveram dificuldades de se manter devido à escassez dos produtos alimentícios da mata e de suas roças.

Quanto ao projeto de comercialização de crédito de carbono, é uma proposta para que a conservação da floresta feita pelos camponeses seja convertida em compensação financeira pelo incremento ao processo de retirada do CO² (dióxido de carbono) da atmosfera, que na natureza ocorre por meio da fotossíntese das plantas e pela fixação no solo, mas também se dá pela captura de CO² pelo fitoplâncton. Trata-se de uma alternativa para diminuir o desmatamento, a queima de combustíveis fósseis, que estão entre as principais causas do aumento de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, que por último tem causado o aquecimento global (SILVA; PAULA, 2009). A venda de créditos de carbono seria uma recompensa para as pessoas manterem suas áreas de floresta em pé, não desmatando e não fazendo queimadas. Existem empresas que comercializam esses créditos no mercado internacional, para compensação da poluição realizada por outras empresas.

A entrada de empresas do ramo do carbono no território quilombola teve início no ano de 2021, quando uma firma chamada REDA teve licença concedida pela diretoria da associação para entrar no território quilombola e levar a proposta aos comunitários. Os representantes da empresa andaram em toda a área da associação visitando as comunidades falando do projeto, no entanto, quando a REDA estava finalizando a visita o dono da empresa madeireira HADDEX que já tinha seu contrato com a associação terminado em 2020, apresentou a diretoria da associação a empresa Carbonex, quando a diretoria permitiu a entrada da mesma devido conhecerem quem o indicou.

No entanto, com vários impasses entre a empresa e os comunitários devido à falta de informação de como o projeto realmente funciona, houve uma desaceleração no processo que ainda não foi iniciado devido essas “correções” que estão sendo feitas.

Desde o início do processo já houve várias ações nas comunidades para discutir sobre o que seria esse mercado de carbono e como geraria renda para as famílias que preservam carbono e ao mesmo tempo sobrevivem da natureza. Muitas questões e poucas respostas se tem até hoje, mesmo após a associação assinar o contrato de 30 anos com esta empresa que se diz compradora do crédito de carbono. O colaborador V.P. comenta não saber o que é esse “negócio”, mas pensa tratar-se de um processo de preservação do que não existe mais, referindo-se à exploração de madeira que retirou o que tinha potencial florestal.

Agora esse negócio do carbono eu não sei como vai ficar, que eu não vejo nada sobre carbono. Olha eu acho que é a extração de uma coisa que por um lado eles querem conservar o que não tem mais né? Por causa que já tiraram tudo. Pra mim a gente já não tem mais terra, não tem mais quase nada pra sobreviver da terra, assim se não fazer essas roças e roçados que a gente faz e agora veio essa firma que eu nem entendo esse negócio (Colaborador V.P., 2022).

Ainda nessa discussão, outra colaboradora ainda comenta: “Já exploraram tudo, já não tem mais nada e ainda vem com essa história de carbono e com uma coisa que não dar lucro, negócio de 30 anos” (Colaboradora M.B., 2022). Para dialogar com esse discurso Ramos (2023, p. 3) em seu “Manifesto para a última gente de verdade” fala sobre os cuidados que temos que ter sobre este discurso ambiental que tem ganhado “uma conotação paradoxalmente [...] onde empresas intencionam ganhar poder de influência em municípios

pobres em nome da redução de emissões de gases de efeito estufa, principal causa das mudanças climáticas que vivenciamos”. Ela vai além ao falar das estratégias e benefícios que as empresas oferecem sem apresentar de modo transparente como realmente funciona:

Nesta estratégia, as corporações ofertam aos povos da floresta a distribuição de benefícios vindos dos mercados de carbono sem apresentar de modo transparente os atores da cadeia e sem construir de forma conjunta as equações para este cálculo que possam caracterizar a relação como de ganha-ganha. Nesse sentido, é essencial que além dos conhecimentos sobre a Convenção 169 da OIT de 1989, sejam formulados pelas comunidades suas próprias ideias assim documentadas para demonstração de que o processo foi feito de forma: Livre – com poder pelas comunidades dizer SIM ou NÃO em relação à proposta apresentada; Prévia – que respeite o tempo necessário para a decisão da comunidade, sem interferência externa e pressão das planilhas e exigências de financiadores S/A; Informada – com oportunidade da comunidade ouvir outras opiniões e conhecimentos para tomar a sua decisão, com condições de exigência de escuta às mulheres, jovens, crianças e idosos (RAMOS, 2023, p. 4).

Como pode uma empresa pressionar a assinatura de um contrato e só depois pedir que as comunidades formulem suas propostas, no caso, os protocolos de consulta? Isso é o que está acontecendo nas comunidades que estão instruídas pela associação, que por sua vez está orientada pela empresa a criarem seus protocolos de consultas e neles colocarem até mesmo a questão do carbono sem saber como funciona, quanto uma árvore produz, como é feita essa matemática, entre outras questões.

Sobre o documento de Protocolo Comunitário de Consulta Livre, Prévia e Informada, Ramos (2023, p. 4) fala que “é um conjunto de condicionantes compreendidos pela comunidade em sua relação com os agentes externos. [...] que comunicam que as famílias têm o direito de auto afirmar a sua identidade e de autodeterminar as suas vidas e suas formas de decisão e organização”. Ou seja, é o conjunto de regras criadas pela comunidade para facilitar o processo de consulta ao que está acontecendo nas comunidades, como já mencionado, só após a assinatura do contrato que as comunidades estão sendo instruídas a criarem seus protocolos de consultas.

No contrato, a Carbonext se denomina como empresa contratada, pessoa jurídica com direito privado com sede na cidade de São Paulo. Já a empresa Campo Verde, segundo contrato é uma empresa privada estabelecida na cidade de Paragominas/PA, e conta como “intermediadora contratada” entre Carbonext e ARQMG. A Campo Verde é responsável pelo trabalho técnico e de campo e pelo monitoramento da área na qual seria implantado o projeto.

A empresa inicia a atuação na comunidade Santa Luzia, pois faz parte de um território coletivo representada por uma associação que os representa e se a maioria das comunidades aderir ao projeto, automaticamente todas as comunidades farão parte. Ao contrário do que está escrito no contrato entre a Carbonex e ARQMG, não houve uma discussão ampla e esclarecida dos termos do mesmo:

IV. A realização de projeto gerador de crédito de carbono (REDD) foi de amplo e esclarecido debate no âmbito de todas as comunidades / associações que compõe o território, onde foram informados o objeto do projeto, obrigação das partes, procedimentos, duração, atividades permitidas, proposta de parceria comercial, entre outros aspectos do negócio, em cumprimento aos procedimentos previsto na Convenção OIT nº 169 (Decreto nº 10.088/2019), conforme atas que dão subsídios ao presente; (CARBONEX; ARQMG, 2022, p.3).

Podemos considerar que essas iniciativas empresariais acabam alimentando novos conflitos internos e com agentes externos, retirando o domínio dos povos e comunidades tradicionais sobre seus próprios territórios.

Este contrato não contempla as comunidades, como relatado pelo colaborador R.B., que após participar de uma reunião de “explanação” da empresa na comunidade, ressalta a preocupação dos comunitários com referência aos seus modos de vida e produção, por exemplo, se vão continuar a fazer seus trabalhos como sempre fizeram, levando em conta a cultura de seus antepassados. Segundo ele, a resposta da empresa era sempre que nada mudaria. No entanto, muitas lideranças sabem que não vai funcionar desta maneira.

Falando agora do contrato da associação com a empresa Carbonex que tem o contrato hoje para trabalhar o sequestro de carbono, a gente tem um pouco de dúvida ainda por não conhecer direito o projeto. Eu mesmo ouvi muitas explicações, a gente perguntava: mas a gente vai poder tirar madeira? O cara dizia "pode. Nós vamos poder fazer roça? Pode. O que a gente perguntava se a gente ia poder fazer, eles respondiam que pode, agora não é da forma cultural como a gente sempre fez. Penso que depois do contrato assinado eu vou poder fazer roça, vou, mas, primeiro vou ter que demarcar a área e ir no instituto que vai regularizar pra mim, fazer dentro da legalidade. Né? (Colaborador R.B., 2022).

Aí, na nossa cultura não, eu vou lá, olho área e vou fazer a roça aqui, aí meto o terçado, lá o machado, motor serra e derrubo, jogo embaixo e pronto. A outra coisa, eu posso tirar madeira: posso, eles dizem. Né? Mas, aí pra mim tirar depois de tá em curso o contrato, pra mim tirar madeira eu tenho que ter um plano madeireiro sustentável e que seja tirada de forma legal mesmo que a madeira seja para meu uso, cada árvore está fazendo o trabalho do sequestro do carbono, ela é contada, vai ser feito o plano de ação, aí cada árvore que vai ser retirada lá, ela tem que ser autorizada pra tirar, eu não posso só chegar e derrubar (Colaborador R.B., 2022).

Como sintetizado por Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos territoriais colocam em discussão a visão de desenvolvimento que ancora as ações de agentes estatais e grupos econômicos, do local ao internacional, que acabam a seduzir muitas famílias nessas comunidades, pois acreditam que o projeto trará melhores condições com a venda dos seus produtos extrativistas. No entanto, esses projetos implementados levam a diversas limitações para desenvolver determinadas práticas, dentre elas o uso da sociobiodiversidade local pelas comunidades tradicionais.

Em relação aos conflitos internos, as pessoas comentam que a venda do carbono renderá mais que o projeto madeireiro e isso poderá dar às famílias uma boa renda mensal sem muito trabalho, criando expectativas de benefício nas pessoas que hoje são ex-moradoras da comunidade. Com isso, muitas pessoas insistiram e se associaram na ARQMG, gerando conflitos por alegarem ter os mesmos direitos que os moradores atuais, já que são nascidos e ex-moradores da área.

Essa busca por recursos financeiros facilita a entrada de grandes e médias empresas nas comunidades tradicionais, a falta de informação e cooptação de lideranças favorecem a exploração dos recursos naturais nessas áreas, deixando benefícios mínimos sem alternativas produtivas mínimas nos seus modos de vida, além da degradação ambiental pela falta de técnica e de manejo dos recursos e da gestão de territórios.

3 MUDANÇAS NOS SISTEMAS PRODUTIVOS E SOCIOBIOVERSIDADE

Em relação às empresas que entraram no território quilombola para implantar algum projeto que possa impactar o uso e o acesso à sociobiodiversidade pelas famílias, os colaboradores citam que não sabiam qual era a real atividade desenvolvida pela empresa Geosource, no entanto, segundo relatos de moradores da comunidade, a mesma contratava e levava pessoas para trabalhar na empresa, o trabalho consistia em abrir piques na mata.

A Geosource deixou um rastro de destruição, pois com o barulho feito na mata espantou as caças, os peixes dos igarapés sumiram, as pessoas não conseguem garantir a

alimentação da família e ainda sofrem as consequências sobre suas roças, em que caso os piques passem pela roça ou na casa de forno, não há desvio e tudo é destruído, como expõe a colaboradora.

Nesse período também entrou uma empresa aqui, aquilo ajudou a sumir as caças daqui a empresa era a Geosource passavam aí faziam uma demarcação, davam uns tirão que chega tremia a terra. Nesse período eles levavam muita gente daqui, empregavam e levavam esse pessoal por aí, no outro ano nós sofremos fome, fome, fome por aqui que menina, nós sofremos fome, meu marido ia lanternar e os outros vizinhos também não tinha peixe nesse igarapé e nem caça, sumiu tudo (Colaboradora M.B, 2022).

Os colaboradores relatam que nessa época quem autorizou a entrada da empresa na comunidade foram os patrões que se colocavam como proprietários da terra, e os moradores não recebiam nada porque não eram donos.

Porque desde o tempo que tinha a Geosource que eles não davam nada pra gente e saiam fazendo pique e levando não sei o que era que eles levavam da terra; e o pique passando direto. Se desse, minha irmã, assim, na tua casa de forno por exemplo, eles tinham que passar direto, não tinham desvio eles fizeram uma clareira dentro da nossa roça; fizeram o negócio da casa deles na beira do Surubim onde nós trabalhava, o que eles davam pra nós era sardinha, conserva, essas coisas assim, só pra interter pra eles passarem, iam fazendo aquilo e a gente não sabe o que eles tiravam, já estavam tirando as coisas da terra (Colaboradora V.P, 2022).

Segundo os colaboradores, levaram tempo para recompor e acessar os produtos que a natureza oferecia na época. A empresa madeireira responsável pelo Projeto de Manejo Comunitário iniciou a extração em 2010, e contou com o apoio do governo municipal para entrar na área. Essa empresa mudou totalmente os meios produtivos e a biodiversidade local uma vez que foram extraídas as espécies de potencial madeireiro como itaúba, quara, maparajuba, angelim pedra, angelim rajado, espoja, piquiá, ipê roxinho, maçaranduba, uxizeiro, cumaru, entre outras espécies existentes na área, deixando conflitos entre comunitários e entre comunidades, diminuindo significativamente a produção agrícola das famílias.

Dentre as consequências geradas pela entrada dessa empresa está a sensação de aumento de temperatura e calor, e com isso o aumento de doenças respiratórias. Na parte produtiva as pessoas relatam a diminuição das horas diárias dedicadas aos trabalhos na roça devido ao calor excessivo. Também foi ressaltado que os produtos da mata, como as frutas, cipó e breu ficaram escassos após a extração da madeira, bem como, as caças que sem as árvores frutíferas e com o barulho das máquinas foram em busca de refúgios em outros lugares. O que se constata é que as práticas de manejo florestal não foram implementadas, conforme a fala do colaborador R.B.

A retirada da madeira que no projeto eles diziam que era no máximo 30 metros por hectare, mas no nosso conhecimento a gente via que cada hectare que eles entravam eles levavam muito mais de que 50 até 100 metro por hectare, teve área que ficou só uma capoeira, e como foi tirada as árvores que regula o clima, nosso clima aqui alterou muito. Hoje a gente ver que tá muito quente; na época dos meus 20 anos até meus 30 anos eu trabalhava na roça de sol a sol de 6:00h às 6:00h, hoje a gente vai na roça quando dá 9, 10 horas você já vem embora, por que se você ficar lá é arriscado você evaporar de tanto calor, ninguém aguenta, não tem como o ser humano aguentar mais mesmo, aí hoje para essa atividade de roça da forma braçal que a gente trabalha no cultural mesmo né a gente vai pra lá 6 da manhã e 9, 10 horas já tem que tá vindo, aí só dá de voltar pra roça das 4 da tarde em diante até as 6, aí acaba que a gente diminuiu o serviço (Colaborador R.B., 2022).

Com isso, as famílias tiveram que criar alternativas com a diminuição do tempo em um dos seus principais meios de subsistência, a roça, e passaram a alternar seus tempos de serviço nas áreas de manejo de açazais, passando a trabalhar pela parte da manhã na roça de anuais e a tarde no manejo de açai e da pesca.

Todavia, quando as famílias começam a ter acesso à renda proveniente da exploração madeireira, elas diminuem seu trabalho como o plantio de mandioca e a produção da farinha, passando a depender da renda da madeira. Em vista disso, a produção agrícola caiu, levando muitas famílias a renovarem seus contratos com a madeireira. Há relatos de famílias que chegaram a passar necessidades com o fim do contrato e sem roças para o sustento. Há também famílias que com o dinheiro do contrato compraram casas na cidade de Gurupa bem como outros bens de serviço.

A empresa de carbono entrou no ano de 2022, apesar de já ter um contrato assinado com a associação, é algo que os comunitários têm muitas dúvidas. Segundo eles, ainda falta esclarecimento para que as pessoas possam entender o que é o crédito de carbono e como isso influencia o meio produtivo das famílias e o acesso ao uso da sociobiodiversidade.

A partir da assinatura do contrato entre a ARQMG e a Carbonex já é possível perceber em algumas comunidades a preocupação de moradores que sobrevivem da extração de madeira, pois segundo a explanação feita pela empresa, as pessoas não poderão mais extrair madeira, com isso algumas famílias passaram a derrubar árvores com frequência com medo de não poderem mais extrair a partir do momento que o projeto entrar em vigor. Essas pessoas estão inseguras em meio as incertezas do projeto, preocupadas com a continuidade das roças e o sistema tradicional de corte e queima.

Apesar dos dois focos dos projetos externos empresariais na exploração da madeira ou em crédito de carbono, observa-se que existe uma riqueza de produtos não madeireiros na terra firme, que se tornou a maior área produtiva para as famílias nos últimos anos, além dos produtos nativos da mata. Percebe-se o aumento no cultivo de plantas permanentes nas áreas de terra firme, dando maior diversificação produtiva, diferente do que se viu no início da formação das comunidades, que utilizavam apenas as áreas de várzea, prevalecendo o cultivo da lavoura branca.

Gomes (2019) estimou que 30% da produção familiar é para o consumo e 70% para a comercialização, levando em conta as criações de pequenos animais como porcos, patos, galinha, do peixe pescado no rio ou criado em tanques escavados e o camarão. Isto significa que a inserção das comunidades tradicionais ribeirinhas deveria considerar como as roças desempenham um papel para a segurança alimentar, não podendo ser excluída das propostas de sociobioeconomia. Assim, pensar bioeconomia para a Amazônia passa necessariamente pelo princípio da inclusão das comunidades na definição sobre o futuro e no papel da floresta no sentido de manutenção das diversas naturezas e interdependências entre elas.

Existem vários produtos de consumo que as famílias mantêm sem interesse direto em venda, geralmente são aqueles que têm a safra pequena e são utilizados para o consumo, como no caso do mari, uxi, piquiá, ingá, bacabi, feijão e milho. Nesse sentido, as pessoas consomem, trocam ou doam por ser produtos com pouco tempo de conservação. É possível identificar também várias espécies de madeira que existiam na área da comunidade até pouco tempo, hoje em dia as pessoas não costumam extrair madeira para vender, até porque várias espécies foram extraídas no “projeto de manejo florestal” e estas espécies sofreram diminuição significativa, sobrando apenas algumas árvores menores (finas) como: itaúba, quara, maparajuba, angelim pedra, angelim rajado, espoja, piquiá, ipê roxinho, maçaranduba, uxizeiro e cumaru. Muito esporadicamente as famílias vendem a virola na várzea e algumas espécies da terra firme para fazer estaca, utilizadas na construção de casas, pontes, entre outras utilidades em suas propriedades.

O debate nos leva a criticar o conceito de bioeconomia, muito difundido na atualidade enquanto componente da agenda pública estadual, nacional e mundial e atrelado à perspectiva dominante de caráter econômico ou da economia verde. E, por outro lado, nos remete a defender as ideias de sociobioeconomia e de bioeconomia inclusiva. Ferreira *et al.* (2024) identificam que o conceito de sociobioeconomia como a mais adequada para a Amazônia e sua diversidade, como sendo as “economias indígenas, tradicionais e locais baseadas na sociobiodiversidade” (GARRETT *et al.*, 2024, p. 30). Para estes, a “sociobioeconomia pode fomentar sistemas econômicos alternativos, em contraste com a abordagem *business-as-usual*, pois está alinhada com as relações harmoniosas entre comunidades indígenas, locais e tradicionais e seu meio ambiente”.

A experiência do território quilombola de Gurupá, nos remete a questionar a atuação governamental, a ação de atores econômicos protagonizados pelas empresas madeireiras e de intermediação de mercado de carbono, do envolvimento das organizações sociais formais, diante das relações de dominação que impõem estratégias de atores externos às comunidades, sem a consulta qualificada às comunidades, sem a repartição justa dos benefícios a qual ocasiona mudanças que deterioram as relações ecológicas e sociais locais.

4 CONCLUSÃO

Os principais impactos do projeto de exploração florestal foram as extrações indiscriminadas de espécies de potencial madeireiro, em que desestabilizaram as condições climáticas, com o aumento da temperatura local e a diminuição da produção agrícola, aumentando os conflitos entre os comunitários, e também entre as comunidades.

Apesar destes impactos, há grande potencial produtivo para aproveitamento e utilização dos produtos da sociobiodiversidade na comunidade. Essa diversificação produtiva agroextrativista mantém viva a tradição e a natureza, através de técnicas de manejo utilizadas pelos antepassados como meio de resistência, o que evidencia a importância dos saberes, conhecimentos, práticas e perspectivas dos povos e comunidades tradicionais, no manejo e manutenção do meio ambiente. Nos remete também a pensar acerca da importância em se preservar esse espaço, diante das disputas pelos recursos naturais locais protagonizados por empreendimentos capitalista.

Nesse contexto atual, com novas narrativas de proteção à Amazônia na agenda pública do estado do Pará e do Brasil, as concepções e uso dos termos de bioeconomia ou sociobioeconomia precisam ser vistos criticamente, para que sejam colocadas à centralidade das sociobiodiversidades amazônicas, com apoio aos processos de inclusão e de protagonismos das comunidades tradicionais, camponesas e de povos indígenas. Assim é necessário que se estabeleça políticas públicas efetivas que visem a melhoria das capacidades de gestão e de organização local, com acesso às políticas, que defendam o uso dos territórios de forma sustentável, para a continuidade sociocultural e qualidade de vida dos povos que neles habitam e conservam.

REFERÊNCIAS

BRITO, A. de F. **Santa Luzia do Flexinha, da voz ao palco**: memórias dos olhos que se abrem para o rio. 2018. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em Teatro) - Universidade Federal do Pará, [S. l.], 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 79**, de 19 de dezembro de 1966. Institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos

agropecuários e adota outras providências. Disponível em: <https://goo.gl/ftH8EB>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: MDA, MMA, MDS, Julho, 2009.

CONAB. Sociobiodiversidade Interação do Homem, Mercado e Natureza. **Compêndio de Estudos Conab/Companhia Nacional de Abastecimento**, v. 1, (2016-). Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. 16 abril de 2023.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, A. C. S. Sociobiodiversidade. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, p. 305-312.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S.; SILVA, V. C.; FIGOLS, F. A.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

DINIZ, J. D. A. S.; CERDAN, C. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares e alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017, p. 259-280.

FERREIRA, J. *et al.* A lack of clarity on the bioeconomy concept might be harmful for Amazonian ecosystems and its people. **Ecological Economics**, Volume 224, 2024.

FREIRE, P. **Ação cultural para liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149p.

GARRETT, R.; FERREIRA, J.; ABRAMOVAY, R.; BRANDÃO, J.; BRONDÍZIO, E.; EULER, A.; PINEDO, D.; PORRO, R.; CABRERA ROCHA, E.; SAMPAIO, O.; SCHMINK, M.; TORRES, B.; VARESE, M.. Transformative changes are needed to support socio-bioeconomies for people and ecosystems in the Amazon. **Nat Ecol Evol**, 8, 1815–1825 (2024). <https://doi.org/10.1038/s41559-024-02467-9>

GOMES, N. dos S. **Tempo Comunidade I**. Universidade Federal do Pará/Faculdade de Etnodiversidade – Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento. Altamira. 2019.

GOMES, N. dos S. **Tempo Comunidade II**. Universidade Federal do Pará/Faculdade de Etnodiversidade – Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento. Altamira. 2020.

GUIMARÃES, M. S. S. **A história de um intelectual orgânico em defesa da educação na Amazônia: Manoel do Carmo e a Casa Familiar Rural de Gurupá – PA**. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação, do Instituto de Ciência da Educação) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades**: censo demográfico 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/gurupa>. Acesso em: 16 abril de 2023.

IEB. Instituto Internacional de Educação do Brasil. **Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia**: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA / Instituto Internacional de Educação do Brasil, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. – Brasília: IEB. 2ª Edição – abril de 2011.

LIMA, C. V. S. de; CARDOSO JUNIOR, H. M.; LUNAS, D. A. L. Política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade (PGPM-Bio): potencialidades da intervenção estatal para a conservação ambiental em Goiás. **Guaju**, Matinhos, v.3, n.1, p. 37-65, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, A. da C.; PARENTE, F. de A.; DOMINGUES, W. C. L. Pedagogia da Alternância e(m) Etnodesenvolvimento: realidade e desafios. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1545-1565, out./dez. 2017.

OLIVEIRA, A. da C.; BELTRÃO, J. F.; RIBEIRO, P. H.. Etnodesenvolvimento: prática pedagógica na formação universitária de povos e comunidades tradicionais. **Revista Exitus**, V. 03, N. 02, jul./dez. 2013.

PARENTE, F. de A.; MILÉO, I. do S. de O. O Curso de Etnodesenvolvimento e a formação diferenciada e intercultural: contribuições no contexto educacional, sociopolítico e cultural da Amazônia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021.

RAMOS, C. A. P. **Manifesto para a última gente de verdade sobre o carbono**. Texto produzido em momento da Audiência Pública sobre o mercado de carbono convocado pelo Núcleo Agrário e Fundiário (NAF) do Ministério Público Estadual, datado para 24 de janeiro de 2023, na sede municipal de Portel.

SILVA, R. W. C., PAULA B. L. Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural. **Terra e Didática**, 5(1):42-49.

TORRES, G. **Orgulho de ser Gurupaense**. Disponível em: <http://gilvandro-gilvandro.torres.blogspot.com.br/>. Acesso em mar. 2023.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica**: estudo do homem no trópico. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional Brasília INL, 1977.

WEINSTEIN, Barbara. Pará versus Amazonas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 15(2):221-239, maio/ago. 1985.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**: Um Novo Campo de Investigação. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 11-34.